TCU

REPP
10 ANOS



2026

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÕES EM POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

portal.tcu.gov.br

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

AudDigital

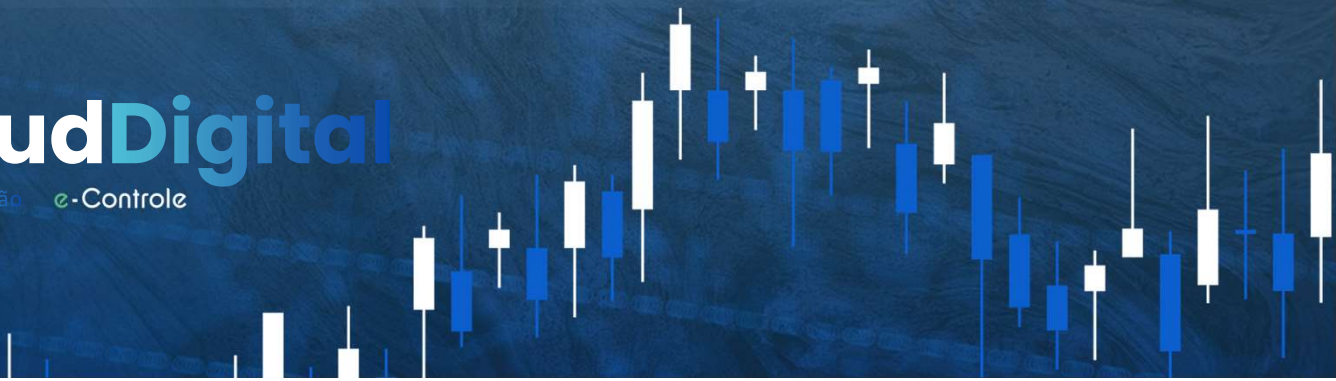
Inovação e-Controle

Fábio Henrique Granja e Barros
Auditor-Chefe da Unidade de Auditoria Especializada em Integração de Dados, Métodos e Tecnologias para o Controle - AudDigital

REPP
10 ANOS

O que mudou?

AudDigital
Inovação e-Controle



REPP
10 ANOS



Integração do Inventário do RePP com a Lista de Alto Risco - LAR

Seleção das políticas auditadas e macroavaliadas para inventário segue os critérios de risco da LAR

Quesitos Comuns de Avaliação e Parâmetros Objetivos para Achados

Nova Metodologia para avaliação de quesitos comuns do Referencial de Controle (RCPP) e parâmetros objetivos para classificação dos achados

Pelo menos uma Questão de Causa-Raiz em Todas as Auditorias

Questão específica de problema estrutural com reflexo no resultado da política pública auditada

Execução Orçamentária e Financeira, e Restrições Fiscais

Avaliações baseadas em dados orçamentários e restrições fiscais, consideradas as escolhas do Ministério gestor da política pública

Índices Mensuráveis e Comparáveis

Índices de Qualidade de Implementação (IQI), Capacidade de Avaliação (ICA) e Disponibilidade Orçamentária Efetiva (IDO) da política pública

Fiscalização Centralizada

Macroavaliação em maior escala, análise de questões estruturais que afetam as políticas, consolidação do RePP e Quadro-Resumo da LDO

TCU

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÕES EM POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

PROGRAMA AGORA TEM ESPECIALISTAS (PATE) – COMPONENTE CIRÚRGICO

30 temas de alto risco em 6 eixos temáticos	20 PROGRESSO	6 ESTAGNAÇÃO	1 RETROCESSO	3 NOVOS	1 RESOLVIDO

LISTA DE ALTO RISCO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL | SUMÁRIO EXECUTIVO

SAÚDE

03 ACESSO AOS SERVIÇOS DO SUS

PROGRESSO GESTOR Ministério da Saúde

O programa Agora Tem Especialistas ampliou a produção de cirurgias eletivas, mas as filas declaradas e a espera por consultas especializadas aumentaram.

MEDIANA DE ESPERA POR CONSULTA (DIAS)



+R$ 93 bi
2025-2035



Impacto Demográfico sobre Algumas Despesas de Saúde da União

Anexo V

Riscos Fiscais

Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026

(Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

REPP 10 ANOS

REPP
10 ANOS

Relator: Min. Jhonatan de Jesus
TC: 016.873/2025-4
Acórdão: 2616/2026-TCU-Plenário
Sessão: 23/09/2026
Unidade responsável: AudDigital



Fiscalização Centralizada

Boas Práticas dos Órgãos Centrais

Acordo de Cooperação Técnica TCU - SMA

Macroavaliação de Políticas em Maior Escala

Fatores Estruturais que Afetam as Avaliações

AudDigital
Inovação e-Controle

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÕES EM POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO



REPP
10 ANOS

Auditorias

7

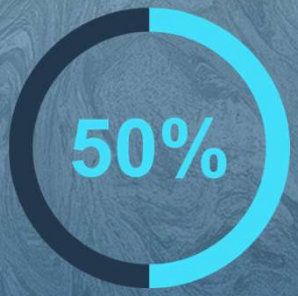
Macroavaliações

26

Auditoria



Macroavaliação



52 Questionários

Autoavaliação do Gestor

RESULTADOS E NÚMEROS REPP 2026

7
POLÍTICAS PÚBLICAS AVALIADAS

7
MINISTÉRIOS

39
ACHADOS DE AUDITORIA

R$ 44,7
BILHÕES

REPP
10 ANOS

QUADRO-RESUMO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

AudDigital
Inovação e-Controle

QUADRO-RESUMO 1: FINANCIAMENTO PELOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL (GASTO DIRETO) EM 2025 – R$ MILHARES

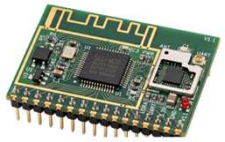
Política Pública Avaliada	IQI – Índice de Qualidade da Implementação (IQI)[1]	ICA – Índice de Capacidade de Avaliação de Resultados (ICA)[2]	Índice de Disponibilidade Orçamentária Efetiva (IDO)[3]		Execução Orçamentária		Execução Financeira				
			Despesa Empenhada	% IDO – IDO	Despesa Empenhada	Inscritas em Restos a Pagar Processados	Despesa Paga		Restos a Pagar Inscritos até 2024		
									Saldo de Restos a Pagar em Jan/2025	Pagamento + Liquidação de Restos a Pagar Não-Processados	
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c/PLOA)	(e)	(f)	(g)	(h) = (g/e)	(i)	(j)	(l) = (j/i)
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA)	80%	79%	4.400	96%	557	270	287	52%	302	138	45%
Agora Tem Especialista – Componente Cirúrgico (PATE)	69%	59%	84.444	109%	3.824	Não avaliado	3.238	85%	344	344	100%
Gestão de Riscos e Desastres: Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC)	38%	27%	2.388	138%	2.388	41	1.224	51%	3.200	956	30%
Segurança Viária (Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans)	25%	17%	35	44%	35	0,3	14	40%	31	10	33%

QUADRO-RESUMO 2: FINANCIAMENTO POR GASTO TRIBUTÁRIO (GASTO INDIRETO) EM 2025 – R$ MILHARES

QUADRO-RESUMO 3: FINANCIAMENTO PELO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS (GASTO DIRETO) EM 2025 – R$ MILHARES

Gasto Tributário

Política Pública Avaliada	Índice de Qualidade da Implementação (IQI)[1]	Índice de Capacidade de Avaliação de Resultados (ICA)[2]	Gasto Tributário	2023		2024		2025		
				Base efetiva		Projeções Reestimadas				
				Valor	% DGT	Valor	% DGT	Valor	% DGT	% Função
Lei de Informática (Lei de TICs)[3]	61%	35%	Ação Não-Orçamentária: 011X – Informática e Automação - Função Ciência e Tecnologia	6.400	1,2%	6.900	1,3%	7.400	1,3%	41%



Estatal Não Dependente

Política Pública Avaliada	Índice de Qualidade da Implementação (IQI)[1]	Índice de Capacidade de Avaliação de Resultados (ICA)[2]	Resultado da Política Pública Avaliada			
			Receita com a Universalização	Despesas totais com a Universalização	Custo Líquido da Universalização[3]	
			(a)	(b)	(c) = (a – b)	(d) = (c / b)
Universalização dos Serviços Postais	72%	61%	15.200	24.700	-9.500	38%



> **9.2.** dar ciência ao **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos**, com fundamento no art. 9º da Resolução-TCU 315/2020, de que a **cobertura ainda incompleta**, no **Transferegov.br** ou em solução digital centralizada equivalente, das informações relativas à efetiva aplicação das **transferências voluntárias** e **obrigatórias** de recursos federais e de seus sub-repasses não atende ao dever de assegurar a rastreabilidade, a **comparabilidade** e a **publicidade** desses recursos e **dificulta o controle de seus custos e a avaliação dos resultados das políticas públicas**, em descumprimento ao disposto nos arts. 37, § 16, 163-A e 165, § 16, da Constituição Federal, no art. 13, §§ 2º e 4º, da Lei Complementar 141/2012 e no **art. 16, incisos II e III e §§ 1º e 2º, da Lei 15.080/2024** (LDO-2025);

Transferências Voluntárias

R$ 58,6 bi

Transferências Obrigatórias

R$ 215,6 bi

Relator: Min. Jhonatan de Jesus
TC: 016.873/2025-4
Acórdão: 2616/2026-TCU-Plenário
Sessão: 23/09/2026
Unidade responsável: AudDigital



Transfere gov.br

AudDigital
Inovação e-Controle

RePP 2027

PRÓXIMOS PASSOS

AudDigital

Inovação e-Controle

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÕES EM POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

1



Integração dos atributos do **PPA** com elementos da **LOA** (Ação) e Siafi (PO/PI) Automatização de consultas das políticas públicas no Siafi e Siop/SOF

2



Automatização da Matriz de Planejamento e Quadro-Sintético padronizados do RePP no **e-Controle**

3



Integração do **RePP** e **MAPP** para harmonizar conceito de política pública e metodologias de avaliação de políticas para atender LDO/CMO

4

siconfi
TESOURONACIONAL

Internalização da Matriz de Saldos Contábeis - MSC do **Siconfi/STN** no LabContas/TCU para rastrear **aplicação de repasses federais** pelos entes subnacionais

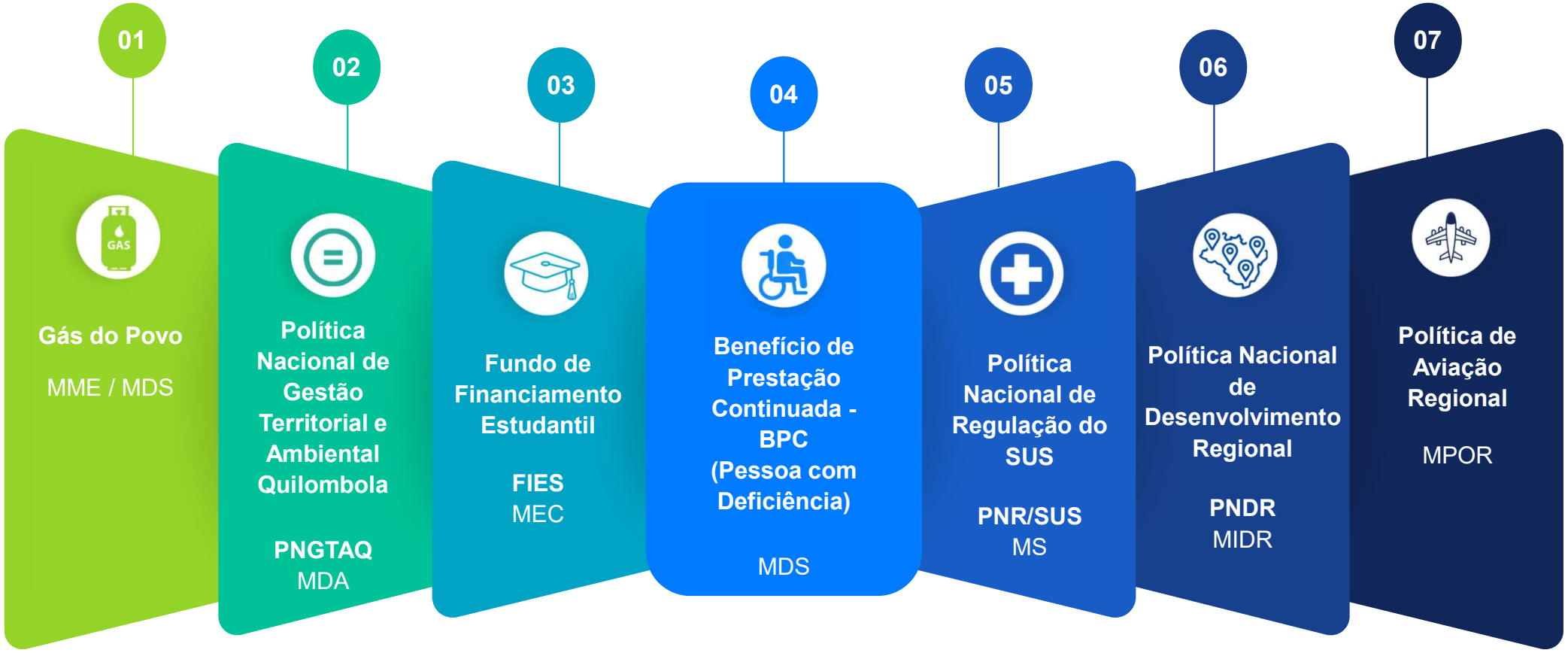
5



Metodologia específica para **macroavaliação em larga escala** de políticas públicas financiadas por **gasto tributário** Foco na avaliação do cumprimento da LC 224/2025

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÕES EM POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO




01
Gás do Povo
MME / MDS
02
Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola
PNGTAQ
MDA
03
Fundo de Financiamento Estudantil
FIES
MEC
04
Benefício de Prestação Continuada - BPC (Pessoa com Deficiência)
MDS
05
Política Nacional de Regulação do SUS
PNR/SUS
MS
06
Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNDR
MIDR
07
Política de Aviação Regional
MPOR

REPP

10 ANOS

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÕES EM
POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

COMPROMISSO NACIONAL
CRIANÇA ALFABETIZADA (CNCA)

Alfabetização na idade certa

Renata Silveira Carvalho
Auditora-chefe da AudEducação



Contexto da política e da avaliação

Institucionalização	Instituída pelo Decreto 11.556/2023 Consolidada pela Lei 15.247/2025
Regime de colaboração	União, estados, Distrito Federal e municípios
Meta para 2030	Superar 80% de crianças alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental
Foco da fiscalização	Formação continuada de professores e demais profissionais da alfabetização

Fonte: TCU, RePP 2026, sumário executivo, p. 31 e 33–35. Acórdão 1.537/2026–TCU–Plenário.

Resultados visíveis

Alfabetização em 2025

66%

Crianças da rede pública ao final do 2º ano
Acima da meta nacional de 64%

Execução orçamentária em 2025

R$ 557 milhões

Despesas empenhadas no CNCA

Qualidade da implementação

80%

Maior parte dos critérios atendida
Coordenação e responsabilidades definidas

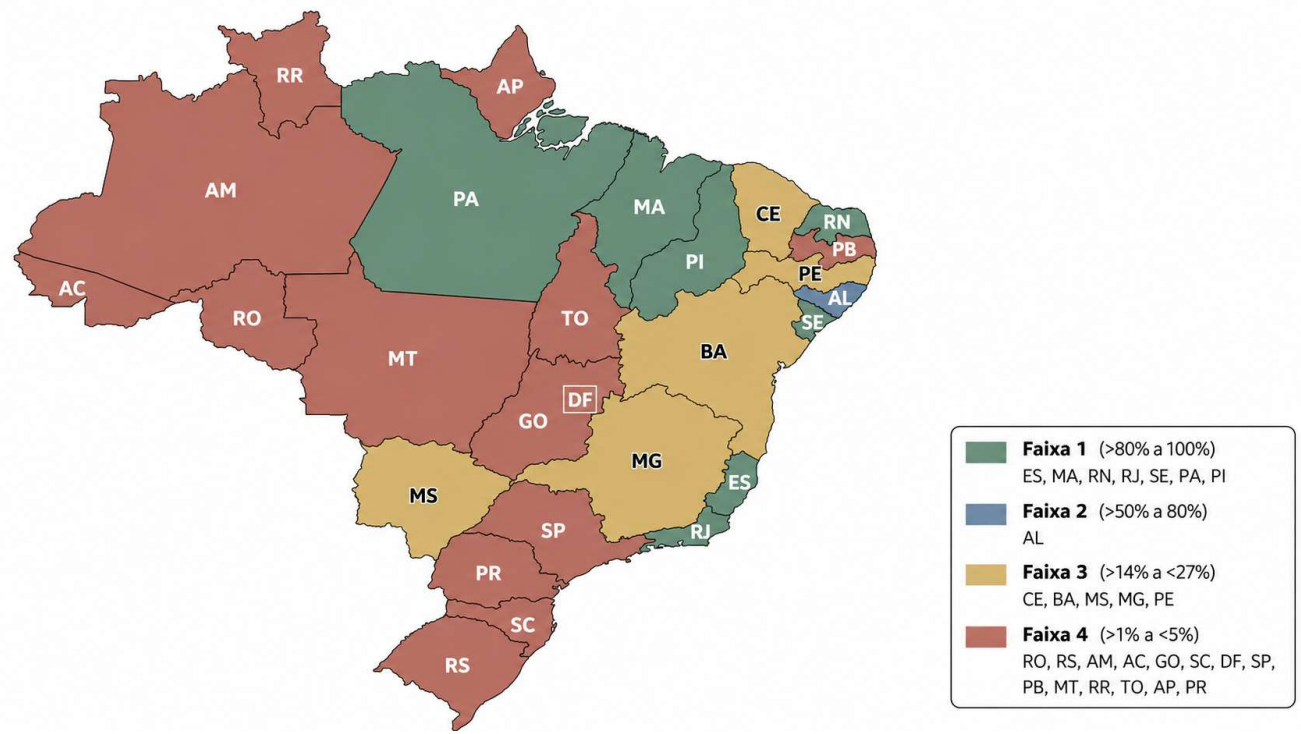
Capacidade de avaliação dos resultados

79%

Indicador Criança Alfabetizada anual,
com metodologia e metas definidas

Fonte: TCU, RePP 2026, sumário executivo, p. 25 e 31–35.

Utilização desigual dos recursos para formação



10 UFs melhoraram

Baixa utilização dos repasses, com contribuição de outros recursos e programas.

3 estados

Alta utilização dos repasses, sem melhora da alfabetização e/ou sem atingir a meta.

Limitações na execução local e no acompanhamento e apoio do MEC.

Fonte: TCU, RePP 2026, sumário executivo, p. 36. Recursos federais do PATe/PAR Formação, repasses de 2023–2025. Percentual estimado de utilização com base nos saldos bancários de 5/2/2026, informados pelo MEC.

Recomendações ao MEC

Avaliar e revisar as regras do PATe/PAR Formação

Elaborar um Plano de Execução Assistida junto aos estados com dificuldades de execução

Simplificar a execução dos recursos do PAR Formação

Fonte: TCU, RePP 2026, sumário executivo, p. 37. Acórdão 1.537/2026–TCU–Plenário.

AUDITORIA OPERACIONAL

Programa Agora Tem Especialistas (PATE)

Componentes cirúrgico e ambulatorial

Acórdão 1.622/2026 – TCU – Plenário

Relator: Ministro Bruno Dantas

TC 015.703/2025-8

Dagomar Lima - coordenador



O problema: espera excessiva para atendimento pela atenção especializada

Pode agravar a situação de saúde dos usuários e aumenta o risco de sequelas.



O PATE e o objeto da auditoria

OBJETIVO DO PROGRAMA

Ampliar o acesso e reduzir filas e tempos de espera para consultas, exames e cirurgias eletivas; garantir a continuidade do cuidado; e fomentar a mudança do modelo de atenção (integração dos níveis de atenção) e da regulação na atenção especializada.

R$ 3,3 bilhões

orçamento do PATE em 2025

OBJETO AUDITADO

Componente cirúrgico

Aumento do valor financiado por procedimento cirúrgico eletivo do rol do programa.

Componente ambulatorial

Pacotes de procedimentos (OCI), com valor maior e vinculado ao prazo de realização do pacote; foco em diagnóstico.

Período analisado: gestão de 2023 a 2025

MÉTODO

Análise de dados

Visitas aos locais

Pesquisa eletrônica
25 secretarias estaduais e 596 municipais de saúde

Fora do objeto: o PATE abrange também compensação de dívidas tributárias de prestadores privados, ressarcimento ao SUS pelas operadoras de planos de saúde, atendimentos móveis, mutirões, ampliação da radioterapia e provimento de médicos especialistas.

A mediana dos tempos de espera está reduzindo para a maioria dos procedimentos cirúrgicos eletivos do rol do PATE registrados na RNDS, porém um quarto dos usuários enfrenta esperas cada vez mais longas

62,1%
das cirurgias eletivas mais realizadas tiveram redução da mediana de espera (18 das 29 que correspondem a **80% dos registros na RNDS**).

55,2%
das cirurgias eletivas mais realizadas apresentaram piora no tempo de espera dos pacientes que mais demoram para serem atendidos.

180 dias
tempo mínimo de espera de pelo menos metade dos usuários em cerca de **10% dos procedimentos registrados na RNDS.**

20%
dos procedimentos oncológicos tiveram mediana de espera superior a **60 dias.** Limite previsto em lei para início do tratamento.

PRODUÇÃO CIRÚRGICA

O componente cirúrgico do PATE potencializou o aumento da produção de cirurgias eletivas do rol, que seria esperado com o financiamento normal.

Efeito estimado positivo e aditivo, mas menor que o volume total financiado diretamente pelo programa.

DELIBERAÇÕES DO TCU

RECOMENDAÇÃO

Acompanhar os tempos de espera e desenvolver indicadores para estimar o impacto do programa **(itens 9.4.1 e 9.4.5)**

DETERMINAÇÃO

Divulgar a efetiva produção de procedimentos financiada pelo PATE – produção apresentada, adiantamentos e emendas **(item 9.1.1)**

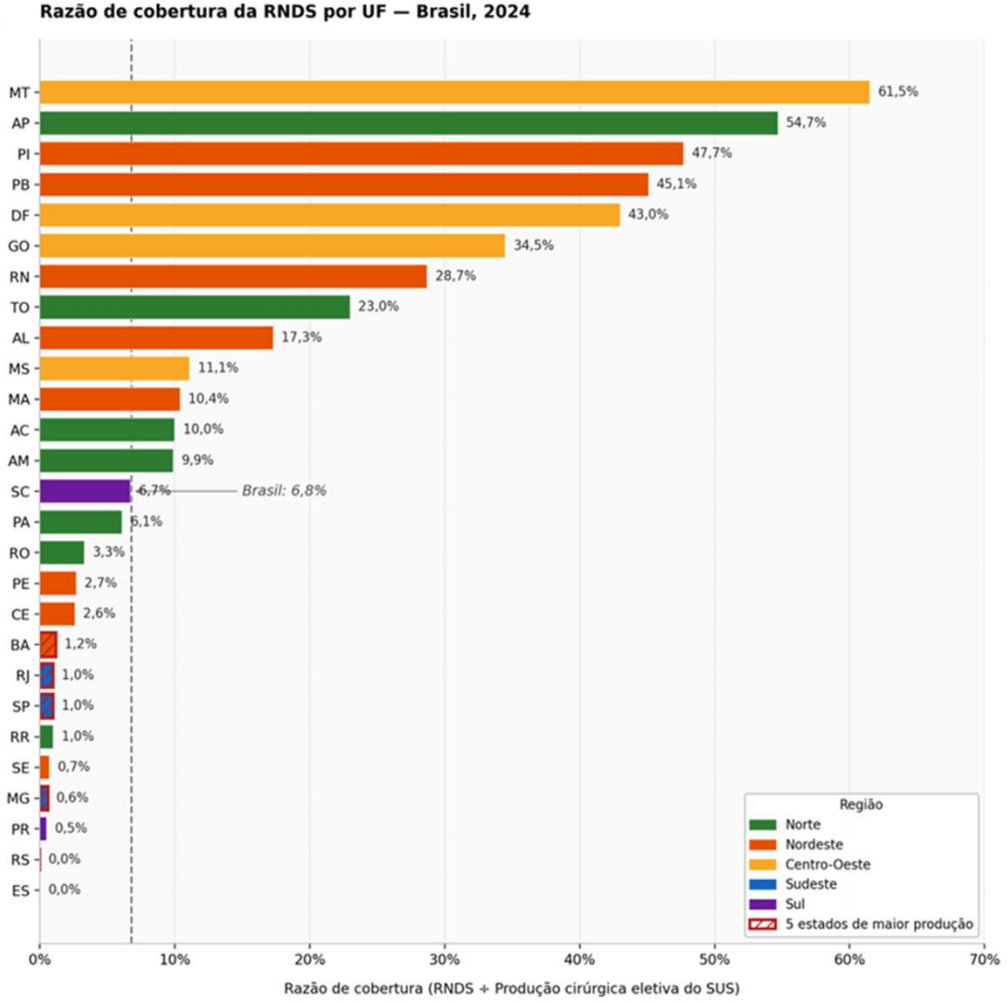
A baixa cobertura da RNDS limita o monitoramento das cirurgias eletivas

COBERTURA
6,8%
A RNDS capturou apenas 6,8% das cirurgias eletivas do SUS em 2024.

REJEIÇÃO
34,9%
dos dados enviados à RNDS foram rejeitados em outubro de 2025.

DETERMINAÇÃO	Plano operativo pactuado na CIT, com metas progressivas, cronograma e estratégia de integração à RNDS dos dados de regulação de cirurgia do SISREG e e-SUS Regulação **(item 9.2.1)**
RECOMENDAÇÃO	Reduzir a taxa de rejeição de dados na RNDS (Mira, camada de integração, desenvolvedores locais) **(item 9.5.1)**

Gráfico 24 - Razão de cobertura da RNDS por UF, Brasil, 2024



RePP 2026

Lei de Informática

Concede incentivos fiscais a empresas do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação que, em contrapartida, produzem no país e investem em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I).

Objetivo

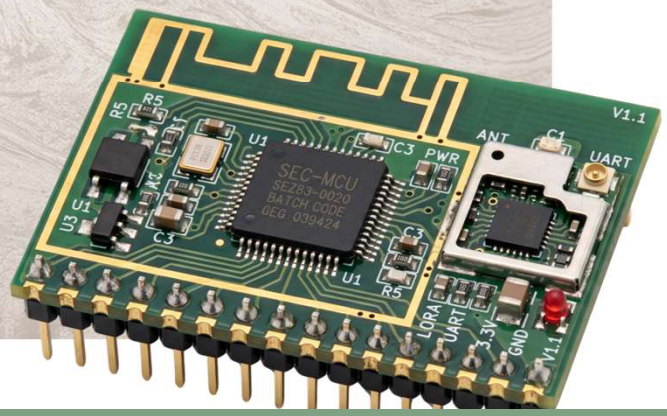
Ampliar a competitividade da indústria nacional e reduzir a dependência de importados.

Beneficiários

503 empresas em 2023, além de universidades e instituições de pesquisa.

Custo

R$ 7,4 bilhões em renúncia fiscal em 2025.



Lei nº 8.248/1991 · Gestão: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

Por que fizemos este trabalho

Renúncia fiscal de alta materialidade, que não passa pelo orçamento da União

Alta materialidade

R$ 7,4 bi em 2025, o equivalente a 41% dos incentivos fiscais da área de Ciência e Tecnologia.

Fora do orçamento

A política pública é financiada predominantemente por gastos tributários, gastos indiretos, que ficam fora do orçamento.

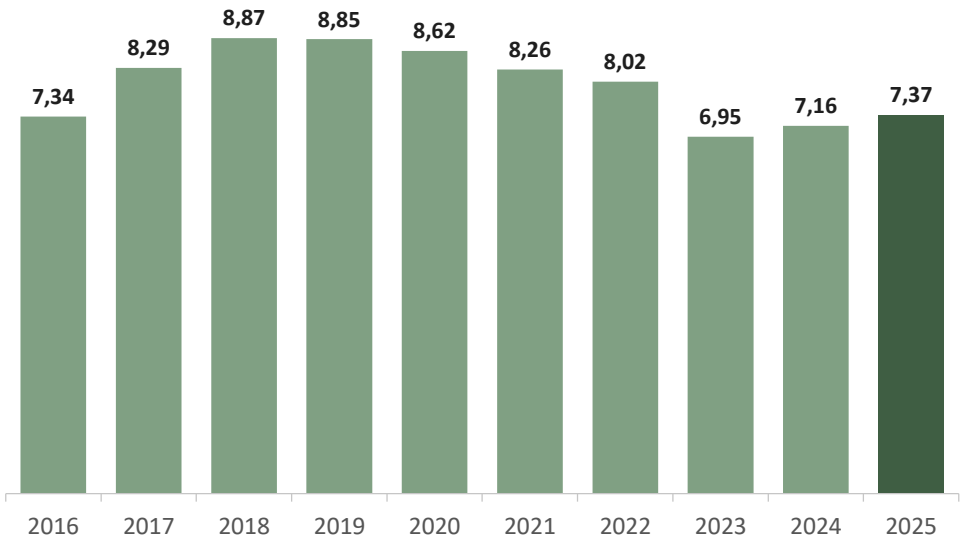
Histórico de fragilidades

Problemas anteriores em controles internos, integração de dados e transparência.

Subsídio ao Congresso

Levar informação como subsídio a decisões sobre o orçamento.

Gasto tributário anual (R$ bi, corrigido pelo IPCA)



Fonte: RePP 2026 – Sumário Executivo e Acórdão 1.760/2026-TCU-Plenário, Relator Min. Antônio Anastasia. Gasto tributário: valor dos tributos que a União deixa de arrecadar por causa do incentivo.

O que encontramos

Gestão orientada à verificação de conformidade, sem avaliação estruturada dos resultados

61% IQI

Qualidade da implementação

Política majoritariamente implementada, com lacunas pontuais

35% ICA

Capacidade de avaliação

Limitações significativas para avaliar os resultados da política

Ausência de coordenação interministerial

Não há instância formal de coordenação entre MCTI, Receita Federal e Ministério da Indústria (MDIC).

Fragilidade na gestão de riscos

Não há matriz de riscos formalizada, com responsáveis e indicadores para monitoramento.

Monitoramento e avaliação incipientes

Foco nos investimentos mínimos em PD&I. Faltam indicadores, metas e linhas de base para medir resultados.

Falta de integração de dados

Fluxo de informações só do MCTI para a Receita. Dependência de dados autodeclarados pelas empresas.

O que propomos

Deliberações do Acórdão 1.760/2026-TCU-Plenário

DETERMINAÇÕES AO MCTI

- Formalizar e publicar a Matriz de Riscos Operacional da política.
- Elaborar e publicar Plano de Monitoramento e Avaliação, com indicadores, metas e linhas de base.
- Definir, com a Receita Federal, o intercâmbio bidirecional e tempestivo de informações sobre os benefícios.

RECOMENDAÇÃO AO MCTI E AO MDIC

- Instituir, com a Receita Federal, instância de coordenação interministerial, com reuniões periódicas, compartilhamento de dados, monitoramento conjunto de riscos e alinhamento de decisões.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

- Atuação integrada entre os órgãos e maior segurança jurídica para as empresas
- Mensuração de resultados para fundamentar decisões sobre a política
- Prevenção do uso indevido de créditos financeiros

Para o Congresso: a avaliação de resultados deve subsidiar o processo legislativo orçamentário.

AUDITORIA OPERACIONAL

Segurança viária:

entre a meta e a realidade

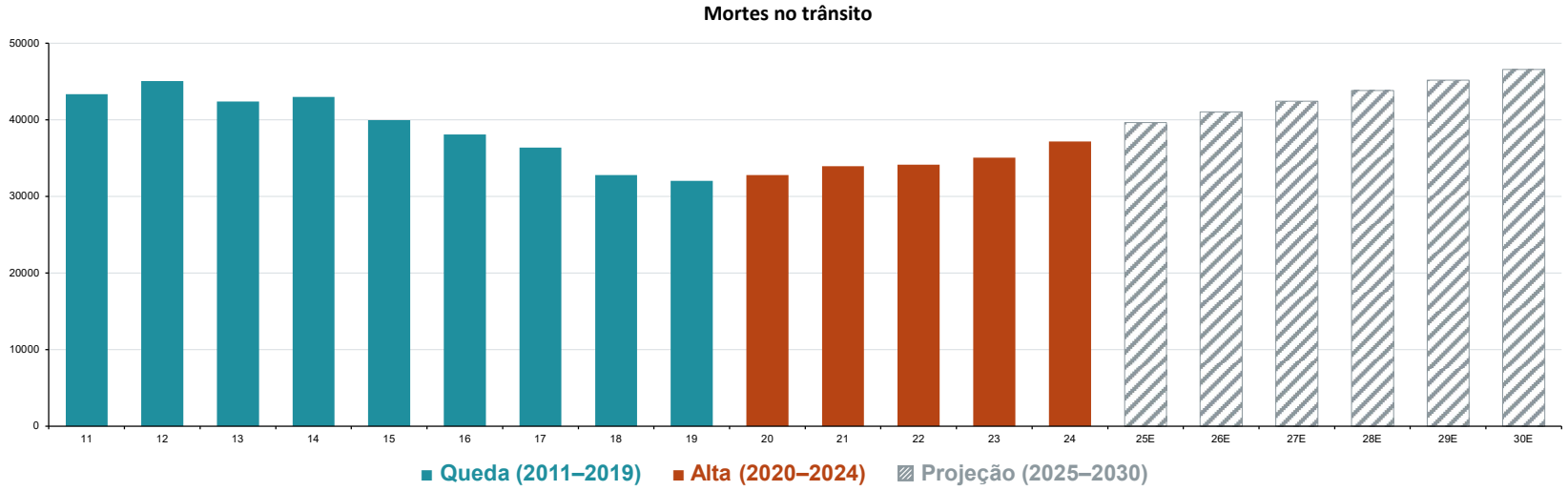
Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito
(Pnatrans)



Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tribunal de Contas da União | TC 021.469/2025-3 | Acórdão 1.799/2026-TCU-Plenário | Ministro Antônio Anastasia

A queda foi interrompida. As mortes voltaram a crescer.



Fonte: Observatório Nacional de Segurança Viária

37.150	15.459	41,6%	R$ 50 bi
mortes em 2024	motociclistas mortos	das vítimas eram motociclistas	perdas estimadas por ano

Não são apenas números. São pessoas, famílias e vidas interrompidas.

A meta é reduzir pela metade a mortalidade até 2030.

−50%

**na taxa de mortes
por 100 mil habitantes**

até 2030



Uma política federativa e multissetorial

União • estados • Distrito Federal • municípios

A pergunta da auditoria: o arranjo permite transformar a meta em resultado?

A política ainda tem baixa capacidade de produzir e demonstrar resultados.

25%

qualidade da implementação

17%

capacidade de avaliar resultados

Os menores índices entre as políticas avaliadas no RePP 2026

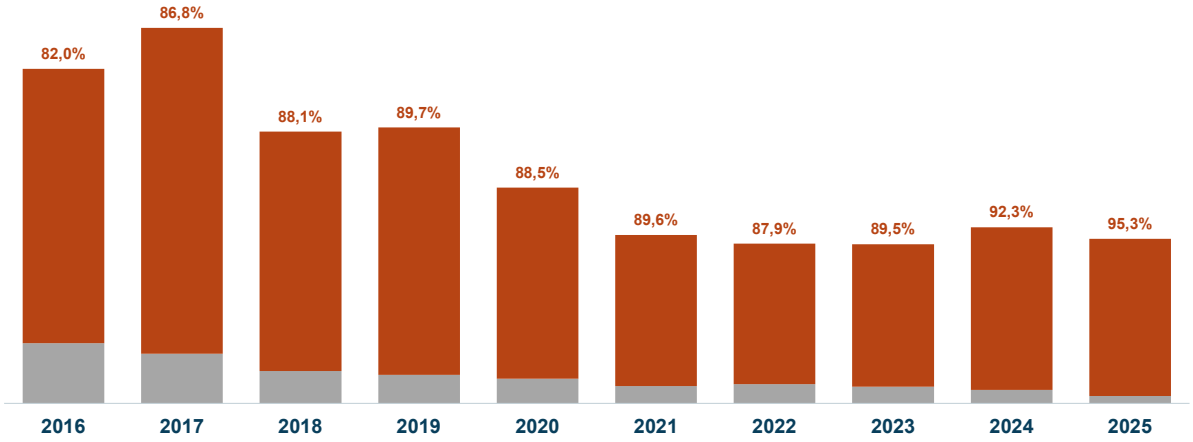
1	**Coordenação**	papéis e articulação insuficientes
2	**Dados**	bases incompletas e pouco comparáveis
3	**Capacidade**	estrutura reduzida para coordenar, monitorar e priorizar
4	**Integração**	planejamento, orçamento e resultados desconectados

O orçamento revela parte importante dessas fragilidades.

Há dez anos, mais de 80% do Funset fica retido na reserva de contingência

Dotação atualizada do Funset, R$ milhões

■ Reserva de contingência ■ Demais ações % = parcela retida na reserva · IPCA dez/2025



Fonte: TCU, Relatório de Auditoria do Pnatrans (2026), Gráfico 3 e §§200–206, com dados do SIOP/SOF.

95,3%
da dotação ficou na reserva em 2025, contra 82% em 2016

100%
das ações do fundo são despesas discricionárias (RP2), sujeitas a contingenciamento

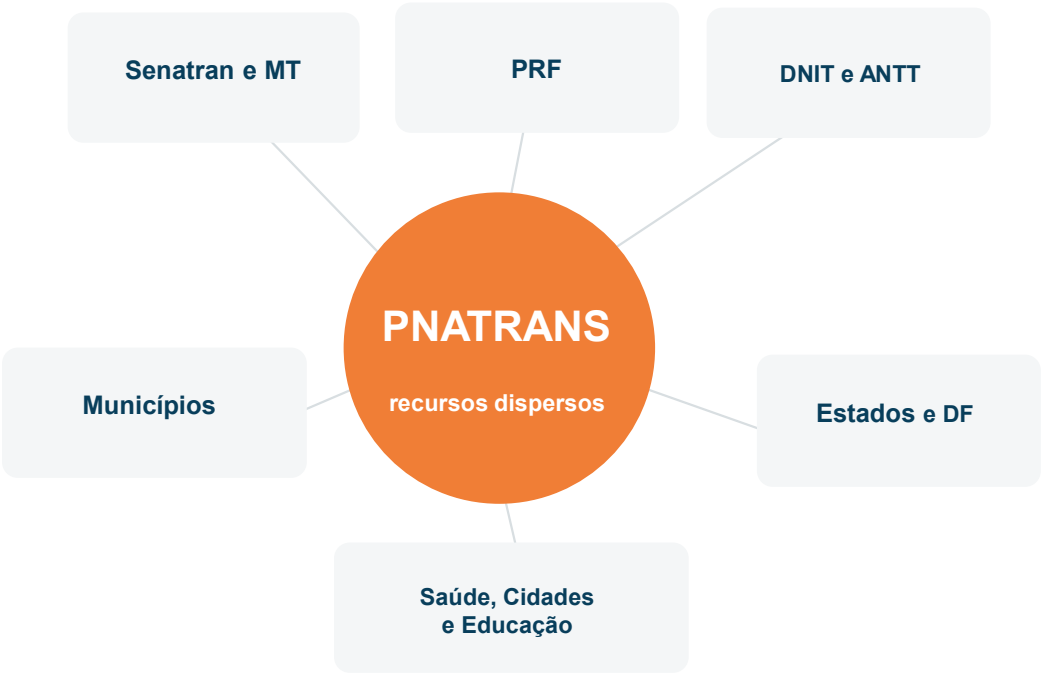
O país não sabe quanto gasta com segurança viária.

Quanto é investido?

Hoje, não há informação consolidada e confiável.

O Funset mostra apenas uma parte.

A política é multissetorial e federativa.



Sem identificação padronizada, não se ligam gastos, metas e resultados.

Três perguntas para a decisão orçamentária

1 Quanto está sendo destinado?

Identificar e consolidar programações.

2 Os recursos alcançam os maiores riscos?

Priorizar usuários vulneráveis, territórios críticos e intervenções de impacto.

3 O gasto pode ser ligado a resultados?

Associar recursos a responsáveis, produtos, indicadores e metas.

MEDIDAS DO TCU

- mapear recursos
- padronizar dados
- estruturar riscos e coordenação
- revisar prioridades e indicadores
- fortalecer a execução
- editar orientação sobre multissetorialidade

O orçamento precisa mostrar se o país está investindo na redução de mortes.

Obrigada

Secretaria Geral de Controle Externo de Infraestrutura (SecexInfra)

Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (AudRodoviaAviação)

Equipe de auditoria

Daniela Carla Aquino Silva | Auditora Federal de Controle Externo, coordenadora

Laís Costa Campos | Auditora Federal de Controle Externo, membro da equipe

Fabio Ferreira Penido de Oliveira | Auditor Federal de Controle Externo, supervisor



Tribunal de Contas da União | TC 021.469/2025-3 | Acórdão 1799/2026-TCU-Plenário | Ministro Antônio Anastasia

O desafio da gestão de riscos e desastres no Brasil

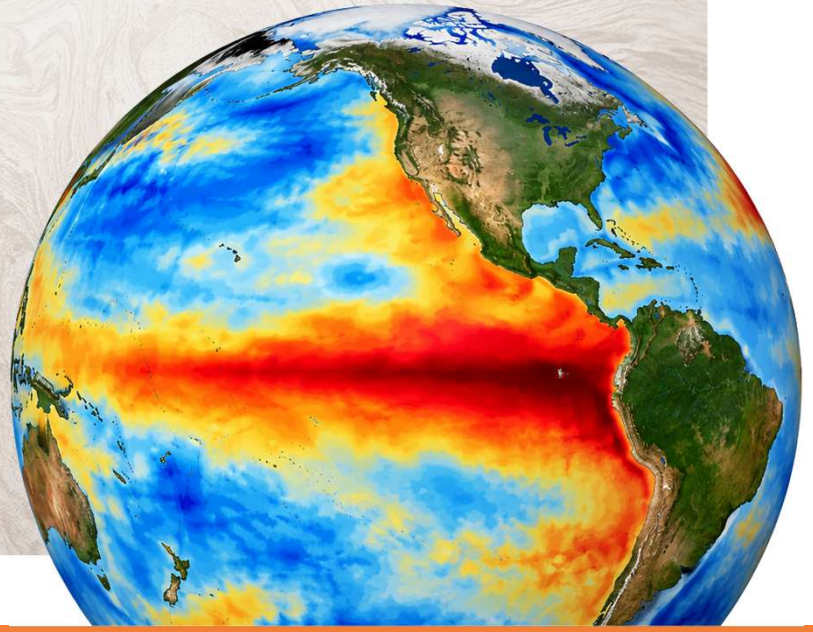
Eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes e intensos: Rio Grande do Sul (2024) e Zona da Mata mineira (2026)

8,9 milhões
de pessoas vivem em áreas de risco

13,4 milhões
de pessoas afetadas por desastres apenas em 2025

PRINCIPAIS EFEITOS

- Mortes
- Comunidades afetadas
- Deslocamentos forçados
- Danos materiais
- Prejuízos econômicos e sociais



Acórdão 1.781/2026-TCU-Plenário (rel. Min. Augusto Nardes)

Orçamento reativo, execução descentralizada

Programa 2318 – Gestão de Riscos e de Desastres

COMO O PROGRAMA É FINANCIADO (MÉDIA 2016–2025)

GESTÃO DO DESASTRE
Resposta e recuperação
Créditos extraordinários
78%

GESTÃO DO RISCO
Prevenção, mitigação e preparação
Dotações iniciais limitadas
22%

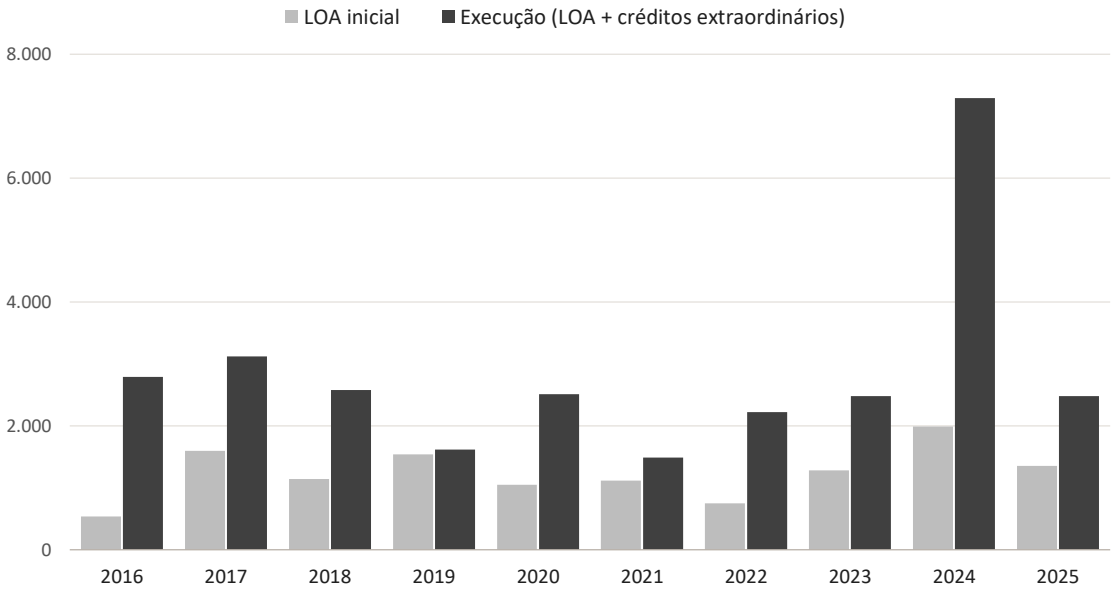
EXECUÇÃO

59% dos recursos de 2025 foram para estados, DF e municípios

Baixa rastreabilidade e transparência da execução

1,5% de emendas parlamentares em 2025

LOA INICIAL × EXECUÇÃO, 2016–2025



Valores em R$ milhões corrigidos pelo IPCA. Fonte: Relatório do Acórdão 1.781/2026-TCU-Plenário (Gráfico 1).

Gargalos na União e nos municípios

NA UNIÃO

Capacidade institucional limitada

- Coordenação interministerial frágil
- Conpdec inoperante
- 161 de 523 servidores necessários
- Efetividade dos resultados não medida

NOS MUNICÍPIOS

4 causas-raiz da atuação incipiente

- Riscos pouco mapeados e divulgados
- Funcap sem fonte de financiamento
- Inexistência de regulamentação da profissionalização
- Órgão central fragilizado

Principais deliberações do TCU

Fortalecer o órgão central do Sinpdec

Operacionalizar o Conpdec

Aprimorar o mapeamento de riscos

Planejar com projeções das mudanças climáticas

Estudos de custo-benefício (induzir prevenção)

Estabelecer processo sistemático de avaliação

Ampliar a transparência da execução

Próximos passos
Monitoramento e
novas fiscalizações

Universalização dos **Serviços Postais**

Relatório de Fiscalizações em Políticas e Programas de Governo 2026

AUDCOMUNICAÇÕES | CMO, 18/11/2026



Conceitos – a política de universalização postal e a fiscalização

O que é a política de universalização postal

Garantia, pela União, de serviços postais básicos a toda a sociedade, de modo contínuo, confiável, com qualidade e tarifas acessíveis. (Lei 6.538/1978, arts. 3º e 4º; Decreto 12.464/2025, art. 24)

SERVIÇOS POSTAIS BÁSICOS (Portaria MCom 15.441/2024, art. 3º)

Mensagens	Impressos	Encomendas não urgentes	Telegrama
Carta e cartão-postal	Publicações em múltiplos exemplares	PAC; o Sedex não é serviço universal	Mensagem urgente com comprovação de entrega

As obrigações são fixadas pelo Ministério das Comunicações em três eixos de metas: **atendimento, distribuição e qualidade.** (Relatório, §§ 54-55)

Objetivo da fiscalização

Avaliar a política e identificar oportunidades de melhoria em três dimensões:

Relevância
A política ainda responde às demandas atuais da população?

Equidade
O serviço chega de forma adequada aos grupos mais vulneráveis?

Sustentabilidade
Custos, receitas e financiamento estão em equilíbrio?

Fora do escopo: exatidão dos cálculos de custo e plano de reestruturação dos Correios. (Relatório, §§ 6-11)

Fonte: Relatório de auditoria, TC 015.809/2025-0, §§ 6-11, 30-31 e 52-55.

A política – em muitos municípios, só os Correios chegam

Constituição Federal, art. 21, inciso X

"Compete à União: [...] manter o serviço postal e o correio aéreo nacional."

O Ministério das Comunicações formula e regula; os Correios executam.

99,9% dos municípios têm atendimento postal presencial: só cinco não têm unidade (Relatório, § 143)

30% dos municípios têm nos Correios o único órgão federal com presença permanente; ali vivem 11 milhões de pessoas (§ 151)

128 mi de livros didáticos entregues a 155 mil instituições públicas, além da logística do Enem e das eleições (§ 153)



Fontes: Relatório de auditoria, TC 015.809/2025-0, §§ 29, 32, 143, 146, 151 e 153. Figura: estimativa dos Correios com base no IPCMaps (§ 146); região Norte, 15,6%.

Estágio atual – o que as metas medem e o que foi cumprido

Metas de atendimento

O QUE É

Oferta de guichês (posições de atendimento) em cada município, em canais próprios ou terceirizados.

META

100% das posições necessárias e ao menos um canal físico por município.

98% de cumprimento médio (§ 65)

Metas de distribuição

O QUE É

Entrega postal nos distritos com 500 habitantes ou mais: em domicílio, caixa postal comunitária ou retirada em unidade.

META

96% dos distritos em 2025, até chegar a 100% em 2028.

98% de cumprimento médio (§ 66)

Metas de qualidade

O QUE É

Entrega dentro do prazo e satisfação do usuário.

META

Carta em até 7 dias úteis (93%); encomenda não urgente em até 9 dias úteis (95%).

95% das encomendas não urgentes no prazo (§ 67)

Limite: as metas medem a cobertura do município e do distrito, não o acesso efetivo dentro deles. 92% dos distritos têm alguma distribuição, mas só 77% têm entrega em domicílio.

Fontes: Portaria MCom 15.441/2024, arts. 4º, 10, 11 e 22 e anexos I a III; Relatório de auditoria, §§ 56-67 e 165-167.

Equidade – 108 mil moradores e nenhuma agência dos Correios



95% dos municípios brasileiros têm menos habitantes que o Sol Nascente (DF), que não tem agência nem entrega em domicílio para todos (Relatório, § 184)

17,7 mi de pessoas em favelas e comunidades quilombolas enfrentam acesso desigual ao serviço postal (RePP, p. 75)

36% da renda mensal de um morador de Melgaço (PA) é o preço de enviar uma encomenda de 2 kg a São Paulo (§ 200)

Universalização nominal: a meta é cumprida no papel, mas o serviço não chega a quem mais depende dele.

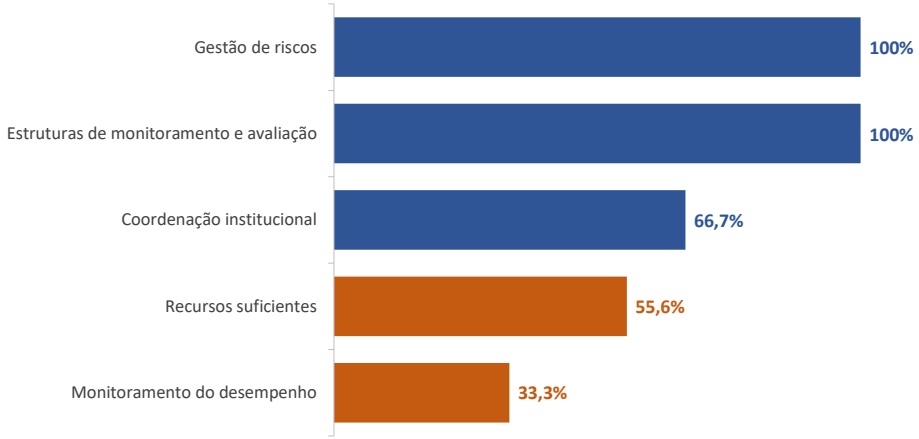
Fonte: Sumário Executivo da auditoria, p. 21-23 (Figura 5). A comparação é ilustrativa e não sugere redistribuir a infraestrutura existente.

Estágio atual – por que 72% e 61% nos índices do RePP

72%

IQI: Índice de Qualidade da Implementação

Mede se governança, gestão, recursos e monitoramento sustentam uma boa execução da política.

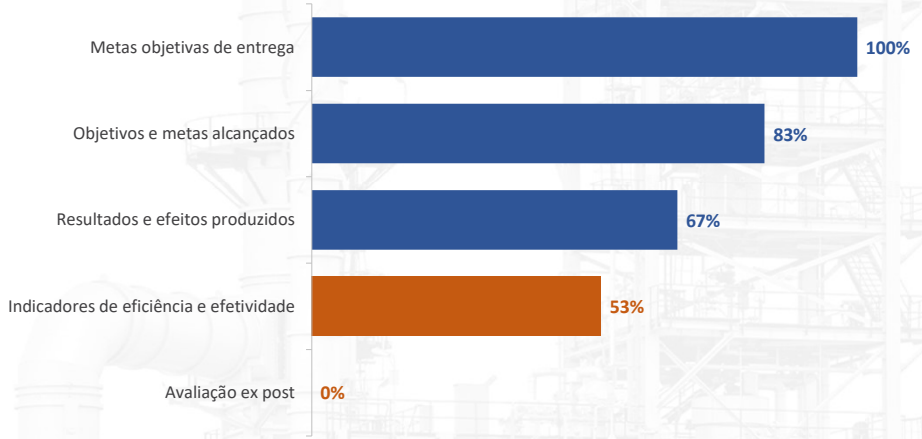


O que reduz a nota: não há coordenação com outros ministérios, o financiamento é insuficiente e o monitoramento olha só a eficácia, sem medir eficiência e efetividade.

61%

ICA: Índice de Capacidade de Avaliação de Resultados

Mede se a política tem indicadores, metas e avaliações capazes de mostrar os seus resultados.



O que reduz a nota: faltam indicadores de eficiência e de efetividade e não há evidência de avaliação ex post dos resultados da política.

Fonte: Relatório de auditoria, apêndices A e B (IQI 72,44%; ICA 60,67%). Questionário respondido pelo gestor e validado pela equipe. De 50% a 89,9%: atendido em maior parte.

Estágio atual – bases em erosão e marco regulatório em transição

O QUE PREOCUPA

−83%
no volume de mensagens em dez anos (§ 87)

45% → 21%
do mercado de encomendas, de 2018 a 2024 (§ 121)

17,7 mi
de pessoas com acesso desigual, em favelas e quilombos (RePP, p. 75)

+45%
no gasto com a universalização em dois anos: de R$ 17 bi para R$ 24,7 bi (Sumário, p. 28)

MARCO REGULATÓRIO EM TRANSIÇÃO

1978
Lei 6.538, a Lei Postal, ainda em vigor

2024
Portaria MCom 15.441 fixa metas até 2028

2025
Decreto 12.464 regulamenta a lei

Em curso
Grupo de trabalho do MCom revisa o marco legal e o financiamento

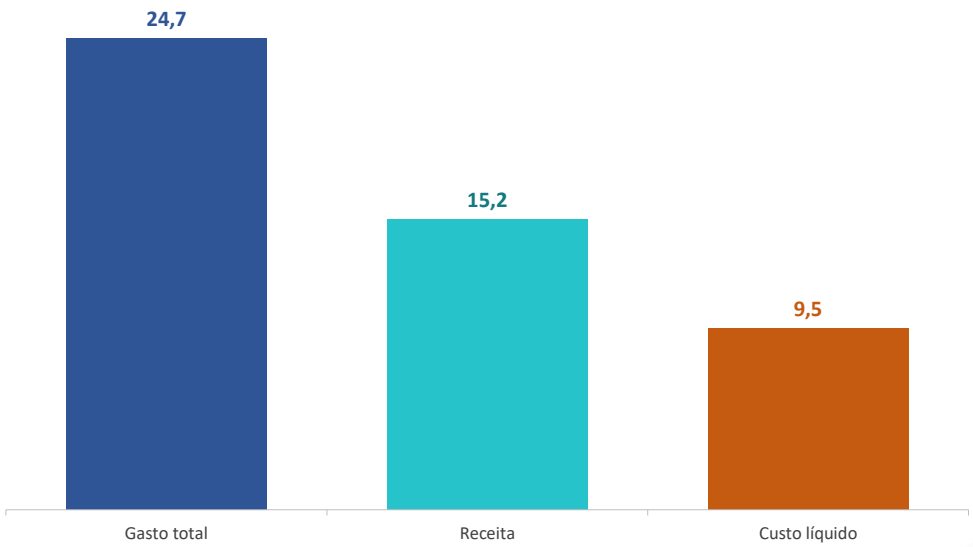
Pendente
Aprovação da metodologia de custos pelo MCom (Decreto, art. 26)

Política relevante, mas o modelo não acompanhou a transformação do setor postal.

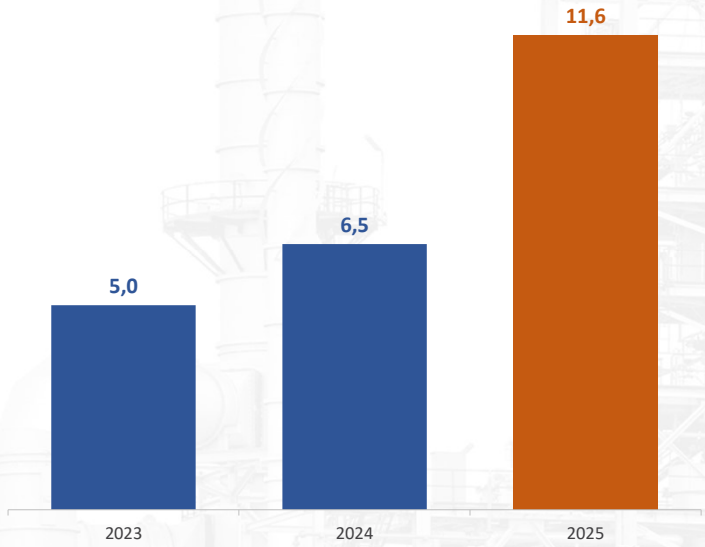
Fontes: Relatório de auditoria, §§ 2, 41-43, 87, 121 e 188; Sumário Executivo do RePP 2026, p. 75; Sumário Executivo da auditoria, p. 28.

Custos – a universalização custou R$ 9,5 bilhões líquidos em 2025

Universalização em 2025 (R$ bilhões)



Custo bruto da universalização* (R$ bilhões)



+132%
em dois anos

80% dos gastos são fixos e não caem com a demanda

53% do gasto total é despesa de pessoal

R$ 2,1 bi de imunidade tributária: o custo bruto de R$ 11,6 bi cai para R$ 9,5 bi líquidos

* Custo bruto: prejuízo atribuído à política nas demonstrações contábeis dos Correios (método NAC), sem descontar a imunidade tributária. Fonte: Relatório, §§ 267-268 e 302-303.

Achado – o custo medido absorve dificuldades gerais da empresa

Estrutura de custos rígida

80%

dos gastos são fixos

- Pessoal responde por 53% do total
- Quase um terço é despesa corporativa, de suporte e administração

Custos alheios à operação

R$ 1,54 bi

em despesas financeiras em 2025

- Eram R$ 537 milhões em 2023: juros e multas de empréstimos
- Despesas administrativas: + R$ 2,6 bi em dois anos, com condenações trabalhistas

Concentração no Sudeste

56%

do custo está no Sudeste

- Correlação de 98% com o PIB e de 95% com a população regional
- O cálculo reflete a escala da operação, não só as áreas remotas

A metodologia dos Correios é coerente, mas não separa o custo da universalização do custo da ineficiência operacional. O custo só passou a constar das demonstrações contábeis dos Correios em 2024.

Fonte: Relatório de auditoria, capítulo 5 (TC 015.809/2025-0).

Financiamento – as fontes que sustentavam a política se esgotam

Monopólio postal	Receitas caem 6% ao ano desde 2016: de mais de 50% para cerca de 25% da receita líquida
Subsídio cruzado	Em 2025, o lucro das atividades não universais cobriu só 11% do prejuízo da universalização
Imunidade tributária	Cerca de R$ 2,1 bilhões por ano: relevante, mas insuficiente
Orçamento da União	Sem aporte estruturado: o déficit é coberto com operações de crédito

Ordem de grandeza (R$ bilhões)



* PLOA 2026 ** custo líquido de 2024

O desafio não é o tamanho do gasto, e sim a falta de um modelo de financiamento explícito, estável e transparente.

Consequência: risco à continuidade do serviço postal universal e maior exposição fiscal da União.

Fonte: Relatório de auditoria (TC 015.809/2025-0); volume 2 do PLOA 2026.

O que o TCU decidiu – Acórdão 1945/2026-Plenário

MCom e Correios
Equidade e monitoramento

- Monitorar e revisar a política periodicamente
- Diagnosticar o acesso em comunidades vulneráveis, com apoio do IBGE
- Criar indicadores e metas contra bolsões de exclusão postal
- Obter dados dos operadores privados na revisão do marco legal

MCom
Governança dos custos

- Revisar e validar periodicamente a metodologia de custos
- Divulgar relatórios de custos, receitas, impactos e riscos
- Condicionar eventual compensação financeira a metas de eficiência

Correios
Modelo de custos

- Sanear e completar as bases de dados gerenciais
- Identificar regiões deficitárias na captação e na distribuição
- Adotar análises de sensibilidade e cenários alternativos
- Medir e separar a ineficiência operacional

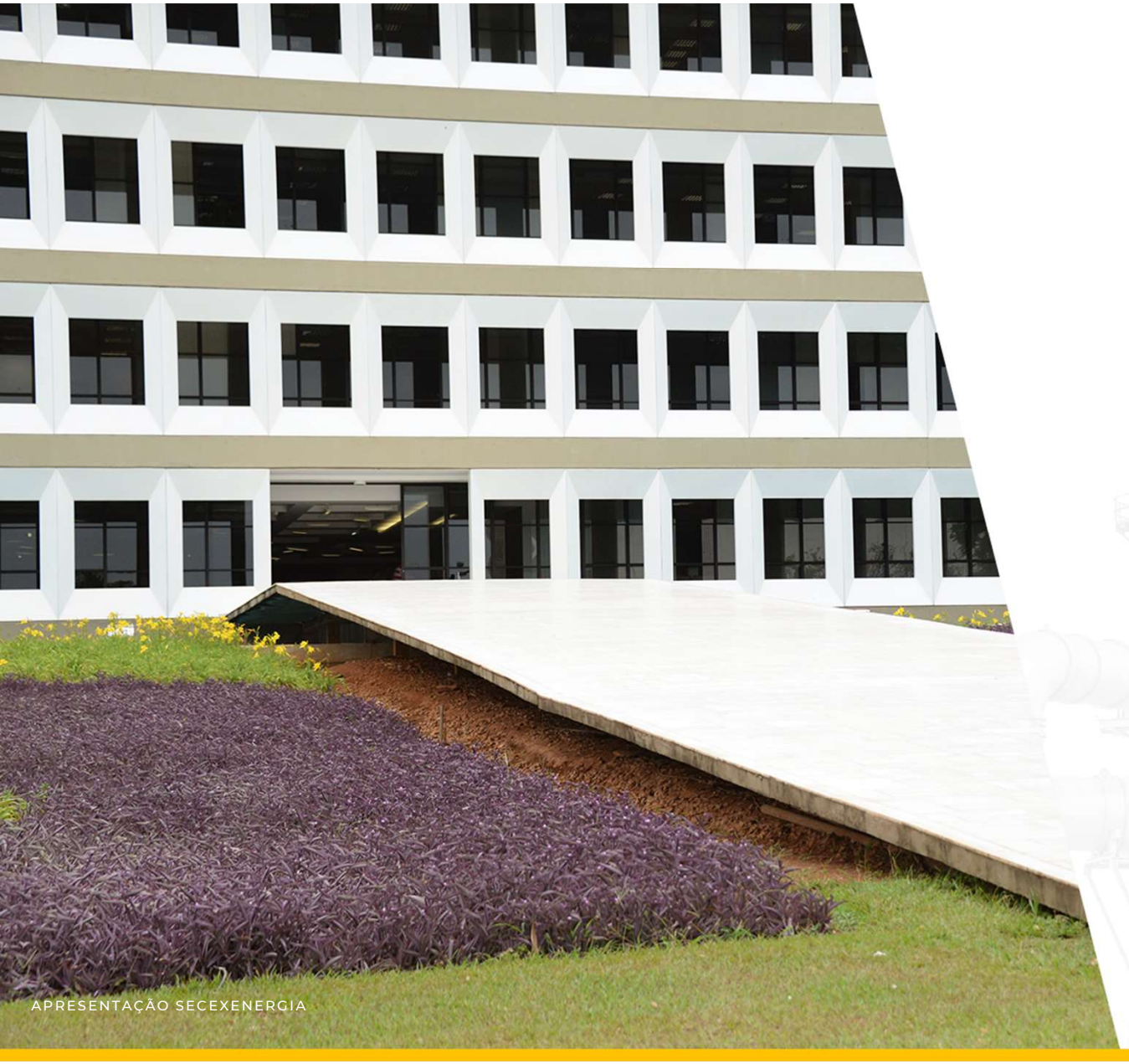
Alerta ao Poder Executivo
Lei de Responsabilidade Fiscal

Risco fiscal de manter as obrigações sem mecanismo explícito de compensação:

- Sustentabilidade da política
- Continuidade do serviço postal
- Garantias de crédito e aportes da União

Política pública permanente exige mecanismo permanente de financiamento.

Fonte: Acórdão 1945/2026-TCU-Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, sessão de 22/7/2026 (TC 015.809/2025-0).



Obrigada!

Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS)

Relatório de Fiscalizações em Políticas e Programas de Governo 2026

AUDDEFESA | CMO, 18/11/2026





Crime organizado

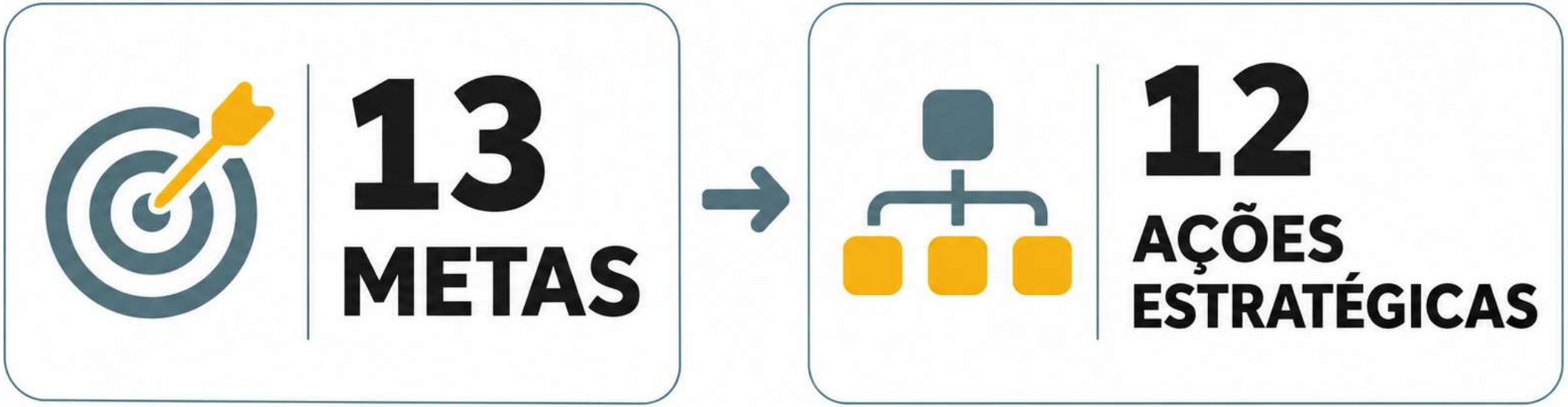
R$ 348 bilhões



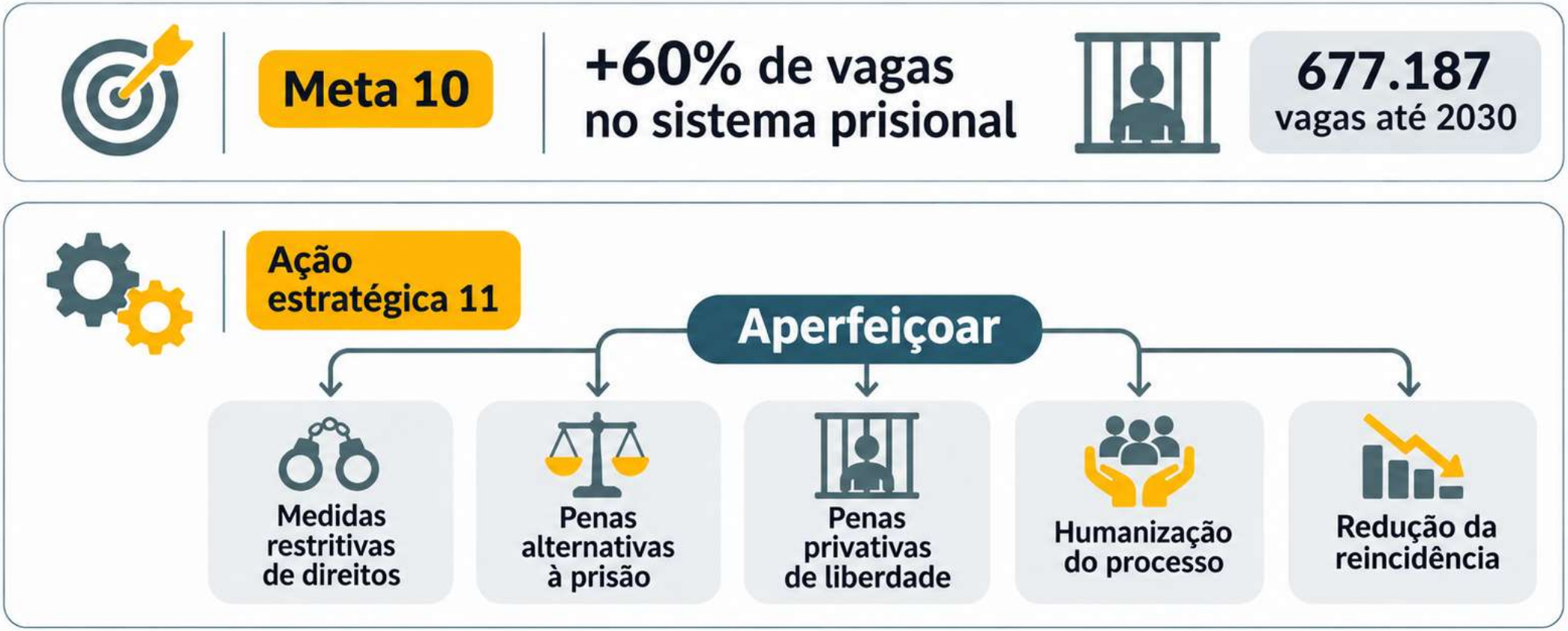
Segurança pública

R$ 142,81 bilhões

PNSPDS 2021-2030



Exemplo


Meta 10
+60% de vagas no sistema prisional
677.187 vagas até 2030
Ação estratégica 11
Aperfeiçoar
Medidas restritivas de direitos
Penas alternativas à prisão
Penas privativas de liberdade
Humanização do processo
Redução da reincidência

Ausência de avaliação efetiva dos resultados

CONSTATAÇÕES

Metas cumpridas
antes do plano

11 METAS
sem linha de base

Produtos obrigatórios
não produzidos

Revisão sem avaliar
resultados anteriores

DETERMINAÇÃO AO MJSP

Revisar metas

Apresentar relatório de resultados de 2025

Articulação federativa insuficiente

CONSTATAÇÃO



Não houve participação efetiva dos estados na formulação do plano.

RECOMENDAÇÃO AO MJSP



Adoção de medidas para fortalecer a participação dos estados na formulação, revisão e acompanhamento do PNSPDS.

REPP

10 ANOS

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

